



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ALCEU ANTONIO SWAROWSKI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PP Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**
BPI Deputado **LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PPN:** José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Tasso - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Matos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e José Arthur Ritti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões e Colombino Grassano (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lourenço Fregonese (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votação em bloco para as Proposições nºs 107/92, 112/92, 006/93 e 016/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04.05.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 1065

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e com fulcro no art. 171 § 3º do Regimento Interno, REQUEREM destaque para votação dos arts. 37, inciso V, 70, § 3º e 74, Parágrafo Único, concernente a proposição 006/93, objeto de veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 592/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 145/91.

Sala das Sessões, em 04.05.93

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamento: Paulo Maia e Heinz Herwig

REQUERIMENTO N° 1066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que a votação do Projeto de Lei de nº 592 seja processada com voto em separado.

Sala das Sessões, em 04.05.93

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Ovídio Constantino, Luiz Carlos Zuk, Doutor Rosinha, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Nelson Justus, Emilia Belinati, Ernani Pudell e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Por ser um projeto de tamanho alcance social para o funcionalismo público do Estado do Paraná, sentimos a necessidade de que o presente projeto de lei tenha julgamento e votação em separado.

REQUERIMENTO N° 1042

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do garoto Wilian Fernando Lunardon, aos 12 anos de vida. Trata-se de um filho muito querido pelos pais e por todos que o conheciam, tendo recebido ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma perda muito grande para todos!

Sala das Sessões, em 04.05.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Stanislava Pachulski Kiska, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, dia 21 p.p.

Pessoa humana de grande sensibilidade comunitária sempre olhando e auxiliando

aos menos favorecidos pela sorte.

Sala das Sessões, em 04.05.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 162/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra de Ivaiporã - A.R.A., com sede e foro em Ivaiporã.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O A.R.A. vem desempenhando com relevância a sua nobre missão de tentar recuperar aquelas pessoas acometidas pela doença do alcoolismo. Entidade civil, sem fins lucrativos, é mantida e dirigida com base no altruísmo e dedicação de algumas pessoas que não fugiram à responsabilidade de ser solidárias em relação àqueles que pretendem deixar o vício da bebida e precisam do apoio na sua luta. Assim, cumpre ao Estado dignar-se, minimamente, em reconhecer estes serviços como humanitários e conceder ao A.R.A. a condição de entidade de Utilidade Pública, com suas decorrências legais.

PROJETO DE LEI N° 163/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Poder Judiciário que autorize a reutilização de armas apreendidas, pelas Polícias Estaduais.

Art. 2° - As armas apreendidas, e vinculadas a inquérito policial, após trânsito e julgamento da ação penal, serão encaminhadas à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições onde serão cadastradas e avaliadas, para posterior incorporação ao patrimônio da Polícia Civil e Polícia Militar, atendidos na distribuição os critérios de disponibilidade, necessidade, oportunidade e conveniência.

Art. 3° - A Polícia Civil e Militar poderão reutilizar essas armas em sua corporação como material permanente.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.93

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste Projeto de Lei é auxiliar a reposição de armas para a Polícia Civil e Militar. Também auxilia o Estado do Paraná deixando de onerar o erário público na aquisição de novas armas.

PROJETO DE LEI N° 165/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla", com sede e foro na rua do Rosário, 556, na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.93.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

A Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, foi fundada em 14 de dezembro de 1954.

Trata-se de uma instituição civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos.

A administração é composta pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujos membros diretivos, exercem seus cargos gratuitamente, sendo vedado perceber remuneração a qualquer título.

Objetiva essencialmente amparo aos necessitados através de programas de assistência e serviço social, sem preconceitos, conseguindo, segundo Relatório de Atividades de 1992, prestar assistência material, moral e espiritual a 200 famílias carentes, contando com a distribuição de alimentos, vestuários, medicamentos, além de aulas práticas de tricô, crochê, datilografia, orientação e confecções de enxovais para gestantes, distribuição de acolchoados, atendimento médico adulto e pediátrico e confraternização natalina aos assistidos.

O Estatuto Social está devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos e através da Lei 302/74, foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

Junta com este Projeto de Lei, os seguintes documentos: Inscrição na Secretaria da Receita Federal, Lei Municipal de Utilidade Pública, Demonstração dos Resultados do exercício/92, cópia da Ata da última eleição da Diretoria, Relatório de Atividades/92 e o Estatuto Social.

Estas foram as razões que apresentei o presente Projeto de Lei e por entender

preenchidos os requisitos da Lei n° 6994/78.

PROJETO DE LEI N° 166/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Força Verde Mirim, FVM, no Estado, como especifica:

§ 1° - A FVM recrutará menores na faixa etária de 12 a 17 anos incompletos, que estejam efetivamente matriculados na rede estadual/municipal ou outra escola particular, os quais passaram por teste seletivo elaborado pelo Conselho Verde Estadual a ser criado posteriormente;

§ 2° - Os jovens recrutados serão treinados para auxiliar na conscientização quanto a proteção do meio ambiente, supervisionados pela Força Verde do Paraná, sendo que o período máximo de permanência na FVM é de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por mais 1 (um) ano a critério do conselho a ser criado.

§ 3° - Todo o jovem recrutado após vencer seu prazo de permanência, receberá crédito documental em forma de título que contará ponto, caso venha o mesmo a participar de concurso público.

Art. 2° - A Força Verde Mirim - FVM, será mantida através de campanhas determinadas e promovidas pelo Conselho Verde, o qual participará necessariamente um representante da Força Verde, um representante do Governo Municipal e um representante do conselho comunitário, onde houver.

§ 1° - Os integrantes da FVM receberão além do treinamento, vestuário e identificação, designação de atuação e outras normas determinadas pelo Conselho Verde Estadual.

Art. 3° - A FVM poderá receber doações de qualquer espécie, as quais serão empregadas e administradas pelo Conselho Verde Estadual.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.93.

(a) CARLOS SIMOES

PROJETO DE LEI N° 167/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Passa a ser obrigatório o exame auditivo aos alunos da rede pública estadual de ensino, no ato da matrícula.

§ 1° - O exame terá validade de um ano e será efetuado na própria escola, ou em lugar a ser determinado pela Secretaria de Educação, que colocará gratuitamente o

Curitiba, Paraná, em 04.05.93

profissional médico otorrinolaringologista, e a devida aparelhagem.

§ 2° - Somente será confirmado a matrícula após efetuado o exame.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.93.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

Grande parte de nossas crianças encontram dificuldades na hora de aprenderem a ler e escrever, fazendo com que se afastem e/ou percam o interesse em prosseguir em seus estudos. Sem condições financeiras ou por falta de informações, não procuram um especialista que constate o problema de surdez na criança, que na maioria das vezes é de fácil tratamento, mas com o passar dos tempos vai se agravando e só é percebido quando já necessita de aparelho que são caros. Com a obrigatoriedade do exame auditivo, nossas crianças serão mais saudáveis e permanecerão mais nas escolas e menos nas ruas.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 164/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Artigo 7° da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7° - A criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da eleição municipal".

Art. 2° - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Algaci Túlio e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar n° 56, de 18/02/91, restringe a criação de municípios e alterações territoriais apenas ao ano que antecede o da realização de eleições municipais, pois é claro o texto do Art. 7° quando diz: "a criação de município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal".

Visando corrigir o texto legal, apresentamos este Projeto de Lei Complementar, tendo em vista a dificuldade no cumprimento dos requisitos exigidos pelo Art. 2° da mesma Lei, pelo IBGE, TRE e outros órgãos competentes pelo fornecimento de dados,

devido a exiguidade de tempo e, também, do número elevado de proposições que se acumulam no ano anterior ao do pleito municipal.

Dessa forma, ampliando o prazo para apresentação de proposições dessa natureza, para os anos anteriores ao da eleição municipal, poderá esse Poder e os órgãos envolvidos, ter melhores condições de análise e de informação sobre os projetos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

A Mesa registra com satisfação a presença entre nós do Vereador Cesar Pacheco Batista, Presidente da Câmara Municipal de Palmas, e do Vereador Vilmo Correia da Silva, vice-Presidente da Câmara Municipal de Palmas.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria fazer um pronunciamento bem extenso no Grande Expediente, mas em razão de não termos ainda apanhado as outras assinaturas, digo, as dezoito assinaturas no Requerimento vou reduzi-lo apenas para anunciar que quando tivermos as assinaturas suficientes no Requerimento, nós estaremos dando entrada a um pedido de CPI nesta Casa.

Os Senhores puderam, e a Senhora Deputada, na semana passada acompanhar pela Folha de São Paulo, jornal de circulação nacional, uma denúncia sobre o Governo do Estado do Paraná. Na sua página 18 de sexta-feira, 30 de abril, a Folha de São Paulo traz uma matéria interessante para a comunidade brasileira: Requião contrata agências sem licitação, é o título da matéria. (Lê): (Matéria publicada na página 05 desta Ata).

Essa aqui é a matéria contida na "Folha de São Paulo", denunciando a contratação de agências publicitárias para promoção do governador, sem a devida licitação. Aliás, só para ilustrar a fala, em 1991, quando o governo abusava das propagandas no rádio e na televisão, não quero aqui dizer que sou contra a veiculação de propaganda, de maneira alguma, mas tudo tem que ter limite e tem que ser obedecido de acordo com a lei.

Nós pedíamos para o Tribunal de Contas, a intervenção junto ao Banestado, através de uma auditoria externa. O Tribunal obedeceu àquilo que foi dito aqui na Assembléia, encaminhado pela Mesa. Em setembro do ano passado, recebi um comunicado do Tribunal de Contas, que alega que

naquela época, em 1991, o governo já não obedecia o que reza a lei, no trato com as licitações públicas. Então, o que a "Folha de São Paulo" está trazendo, já é coisa antiga.

Estou entrando com um pedido e, logicamente vai demorar um pouco para que possamos passar à Mesa, de uma CPI e justifico, baseado na "Folha de São Paulo".

"O jornal "Folha de São Paulo", edição do dia 30 de abril... (Lê).

"REQUERIMENTO

CPI DA PROPAGANDA OFICIAL

JUSTIFICATIVA:

O jornal a Folha de São Paulo, edição de 30.04.93, a página 1.8, sob o título "REQUIÃO CONTRATA AGÊNCIAS SEM LICITAÇÃO" denuncia que o Governo do Estado e os órgãos da administração indireta, estão contratando agências de publicidade e propaganda, sem a devida concorrência pública.

O art. 27, XX da Constituição Estadual estabelece que "...as obras, serviços, compra e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes..." e as mesmas disposições constituem o artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

Sobre a exigência de licitação pública, existe ainda o Decreto-Lei 2.300/86, com legislação Federal e o Decreto 700/91, com normas estaduais para a contratação pelo Poder público.

A denúncia do Jornal Folha de São Paulo é grave e coloca o Poder Legislativo na imperiosa necessidade de cumprir suas tarefas fiscalizadoras, estabelecidas nos artigos 74 a 78 da nossa Carta Magna.

Tem pois o presente requerimento o objetivo de constituir uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, que no prazo dos dias necessários, com a representação de todos os partidos, possa atender aos objetivos fiscalizadores que impõem à Assembléia Legislativa, com imparcialidade, mas com firmeza, a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, porquanto, não pode este Poder, ante a denúncia levantada por órgão de circulação nacional, omitir-se da responsabilidade.

Por outro lado, é imperioso que no Estado do Paraná, a sociedade, através de seus Representantes, possam elaborar estudo responsável para uma política democrática, eficiente e moderna de relacionamento com este importante setor da Comunicação Social. Objetiva-se, paralelamente a fiscalização, obter dados para uma legislação aprimorada e mecanismos de auto-controle dos gastos publicitários do Poder Público, no Estado do Paraná. Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

1-8 Sexta-feira, 30 de abril de 1993

Brasil

PUBLICIDADE OFICIAL

FOLHA DE S. PAULO

O SR. MÁRIO BEZERRA: - ...

Requião contrata três empresas que participaram da campanha eleitoral do candidato do PMDB em 90

Banestado contrata três empresas que participaram da campanha eleitoral do candidato do PMDB em 90

THOMAS T. TRAUMANN
Da Agência Folha, em Curitiba

O governo do Paraná está com-
tratando, sem concorrência, agen-
cias de publicidade para anunciar
suas obras. A medida contraria
decreto de 1991 do próprio go-
verno e uma resolução do Tribu-
nal de Contas (TCE) do Paraná
que proíbe a contratação de agen-
cias sem licitação.

A única concorrência feita pelo
governo de Roberto Requião
(PMDB) para escolher agências
de publicidade foi cancelada e
substituída por um acordo entre a
Secretaria de Comunicação Social
e empresas de propaganda. Os
três com publicidade em 1992
do Banco do Estado do Paraná
(Banestado), principal autarquia
pública, estão sob pedido de im-
pugnação a ser julgado pelo TCE.

Entre janeiro e outubro do ano
passado, o Banestado fechou 668
contratos de publicidade sem licita-
ção, a uma média de 2,2 contra-
tos por dia, contendo, todos,
em alguns dias, o banco chegou a
fezer 14 contratos. Do total, 433
foram dados à Mídia Propaganda,
89 para a Mack Comunicação, 52
para a Interamericana Propaga-
nda e 20 à Visual Propaganda.

Das quatro agências, pelo me-
nos três participaram da cam-
panha do governador Roberto Re-
quião em 1990. A Mídia e a
Visual foram responsáveis pela
produção dos programas de TV.

A Interamericana pertence
atualmente ao ex-secretário de
Comunicação Social do Paraná e
um dos coordenadores da cam-
panha de Requião ao governo Fábio
Campana. Antes de ser vendida

para Campana, em outubro de
1991, a Interamericana pertencia
ao atual secretário de Habitação
do Paraná, Luiz Cláudio Roma-
nelli, que também participou da
campanha eleitoral.

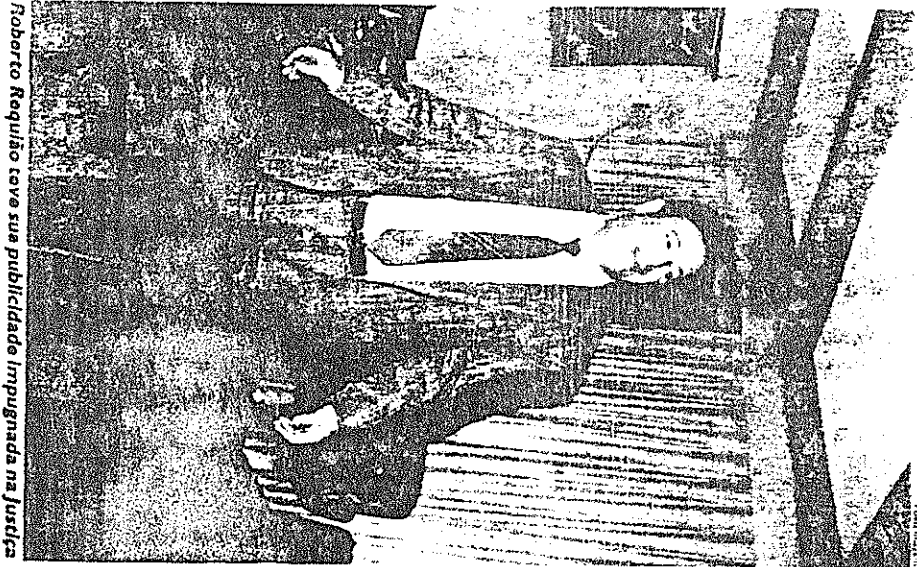
O governo também não vem
cumprindo determinação da Con-
stituição estadual que obriga a pu-
blicação no "Diário Oficial" dos
verbetes e agências contratadas
para campanhas de publicidade.

Dados fornecidos pelo governo
ao TCE mostram que em 91
foram gastos em publicidade US\$
17,7 milhões, sendo US\$ 8 mi-
lhões do Banestado. Apesar de
não terem passado por licitação,
estes custos foram aprovados pelo
TCE, com a condição de que em
92 os contratos se regularizassem.

Liminar

A 3ª Vara da Fazenda Pública
de Curitiba concedeu liminar con-
siderando como promoção pessoal
do governador Roberto Requião
(PMDB) uma campanha de publi-
cidade oficial sobre concorrência
para recuperação de estradas no
Estado. O governador apareceu
nos comerciais de TV e assinou
propaganda em jornais com o
título "empresas sérias" a participar
de uma concorrência "limpa".

A liminar, concedida no dia 15,
decreta a suspensão da propaga-
nda veiculada em março e a sus-
tensão do pagamento dos contratos
com as emissoras de TV e jornais.
A Folha apurou que o governo irá
aparecer de Requião nos com-
erciais não se caracterizaram como
promoção, mas seu emprego na
seleção da licitação.



Roberto Requião teve sua publicidade impugnada na Justiça

Secretário nega irregularidades

Da Agência Folha, em Curitiba

O secretário de Comunicação
Social do Paraná, Gilberto
Griebler, disse que o governo
cancelou a concorrência para
escolha de agências "porque
não há como se licitar obras".

A licitação foi substituída por
um acordo entre o governo e
dez agências em que elas de-
viam de receber a comissão de
15% por custos de produção.

"Não há nada ilegal e eco-
nomizamos US\$ 1 milhão ao
não pagar a comissão de pro-
dução", disse Griebler. Ele in-
formou que a escolha das dez
agências que atendem o gover-
no foi feita entre as que foram
pre-selecionadas na licitação
cancelada pelo governo.

Ele reconheceu que o gover-
no não vem cumprindo a de-
terminação da Constituição es-
tadual que obriga a publicação
em "Diário Oficial" dos no-
mes dos veículos e agências
contratadas pelo governo. Se-
gundo ele, os dados são forne-
cidos ao TCE, Griebler, que
acumula o cargo de secretário
com o de diretor de marketing
do Banestado, disse o banco
gastou n.º ano passado US\$ 3
milhões e publicidade. "Isso
é sete vezes menos que o Ba-
nestado e cinco vezes menos do
que o Banerrio".

Ele negou que a fórmula de
contratação seja a mesma usada
pelo governo nos outros alguns
veículos. "As em. são foram

pre-selecionadas e têm de apre-
sentar esboços de campanhas
para serem escolhidas", afir-
mou. Ele negou que a atitude
do governo seja ilegal.

As agências selecionadas pela
Secretaria de Comunicação So-
cial do Paraná para veicular as
campanhas do governo negam
que estejam sendo favorecidas.
Para o diretor administrativo da
Mídia Propaganda, Luiz Mui-
ler, a participação da sua agên-
cia "é natural, já que fomos
pre-selecionados na licitação
que o governo fez em 1992".

Segundo ele, o fato de a
agência ter participado da cam-
panha do PMDB em 1990 e ser
contratada no atual governo "é
normal". "No Paraná existem
so umas 15 agências com todos
os departamentos, é normal que
uma agência tenha contratos do
governo e participe de cam-
panhas eleitorais", disse.

O sócio-proprietário da Mack
Comunicação, Constantino
Kozias Cominno, afirmou que
a escolha das agências é feita
sem preconceito. "A escolha
é feita sobre a qualidade das
idéias apresentadas".

O dono da Interamericana,
Fábio Campana, estava até on-
tem no Paraná. A diretoria da
Visual Propaganda, procurada
pela Folha desde a última ter-
ça-feira, informou ontem que
só falará hoje sobre o assunto.

(Thomas T. Traumann)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Grande Expediente.

Passamos ao Horário destinado às Lideranças. Antes, porém, esta Presidência registra, com satisfação, a presença entre nós de lideranças políticas do Município de Manoel Ribas: Valentim Garcia, ex-Prefeito Municipal e Antônio Pacheco. Registra, também, com satisfação, a presença do Professor Estadual da Cidade de Arapongas, Aristides Lencke, que muito brilho traz a esta sessão, na tarde de hoje.

Consultamos a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Numa deferência do Líder da minha Bancada, nobre Deputado Renato Adur, venho hoje à tribuna para ler o artigo de autoria do Governador Roberto Requião, publicado na Gazeta do Povo do dia 1º de maio de 1993.

O artigo onde o Governador faz um alerta e chama o nosso Partido, o PMDB, a um grande questionamento nacional. E quero levar ao conhecimento dos Srs. Deputados, para que fique registrado nos Anais desta Assembléia, esta importante matéria, este importante documento produzido pelo nosso Governador.

Diz o documento:

Ao contrário do que muitos temiam e outros desejavam, o PMDB evitou o salto no escuro. Recuperamos o direito ao respeito.

Somos ainda - as pesquisas, frequentemente indicam - o partido mais citado pelos brasileiros. Os números já foram mais generosos, é verdade, mas ainda assim, o partido mais citado.

Merecemos?

O nosso passado diz que sim. Certamente é em função do que fomos, na história que escrevemos, que permanecemos na memória nacional.

Mas ninguém vive do que foi. Ao Brasil interessa o que somos. Os dias de hoje, com todos os dramas, pesadelos, desesperanças e dores que povoam o nosso diário.

É o que interessa.

O passado, as nossas cicatrizes e lembranças das barricadas, as prisões e ruas manchadas do sangue de nossos companheiros, são inspirações que nos aquecem e alimentam, para arrancar em direção da tão esperada e sempre adiada mudança.

Somos, ainda, o maior partido nacional. Removido o empecilho que nos constrangia, devemos acrescentar ao adjetivo substâncias tonificantes, que transformem a quantidade em qualidade. Uma nova qualidade.

Além de generalidades, sabidas de cor e salteado e que muitos ainda insistem em matraquear, faltam-nos bandeiras. Falta-nos um programa. Um programa que se identifique, de forma real, viva, pulsante com a realidade dos brasileiros. Com suas angústias, esperanças. Com suas dores e sonhos.

Falta-nos um projeto de poder. Claro, objetivo, preciso, viável e racional. Que sacuda o Brasil. Que a militância empunhe com orgulho e garra.

Falta-nos um rumo, um caminho que nos livre de outra armadilha: a falsa bipolarização com que tentam antecipar a cena de 1994. Com dez anos de atraso, acenam com o pesadelo de um possível "Grande Irmão".

Os tempos são outros, os maniqueístas os mesmos.

Uma falsa bipolarização que nos leva a outro engodo. A chamada "terceira via". Mais um anacronismo, cheirando o mofo dos conchavos, conspiratas, tramas e golpes das décadas de 50 e 60.

Uma falsa mas orquestrada bipolarização que tanto encanta os sempre sensíveis ouvidos da elite. Ei-la, novamente, toda assanhada e interessada em um "grande acordo" que, ainda mais uma vez, preserve intocados seus privilégios e não promova qualquer mudança.

O PMDB é forte o suficiente, e mais forte se tornou com a renúncia recente, o PMDB tem história testada e registrada, tem homens e mulheres de valor, tem imaginação, vontade, coragem, ousadia e garra para não ser embalado pela trapaça de uma elite cujo concurso de há muito fez-se dispensável.

Acenam-nos, como sempre acenaram, com os lençóis e cortinas de fantasmas que não existem. O velho e tão desgastado truque não pode enganar o PMDB.

Não há uma terceira via.

Existe um só caminho a ser percorrido. E quem deve empreendê-lo, por dever e direito, por maioria e história, por coragem e seriedade, somos nós. É o PMDB.

Do contrário, continuaremos a viver a síndrome do vice. É mas não é. Da coabitação nem sempre saudável e recomendável. Para, depois de tudo, sermos o alvo preferido de caça aos culpados pelo desastre.

Chega de garupa. Chega de carona. Chega de "uniões nacionais" que já nascem bichadas pela promiscuidade. Vamos conduzir.

Vamos dirigir. Pelo caminho que responsabilmente traçarmos. No comando. O primeiro piloto. Pelas rotas desejadas pelos brasileiros. Sem os desvios dos compromissos de uma falsa "unidade pela pátria".

Não chegamos agora à cena política nacional. Acumulamos experiências que nenhum outro partido recolheu. Vivemos intensa-

mente todos os dramas dos desencontros e erros. Isso nos credencia, mais que ninguém, ao acerto.

Há apenas um caminho. E devemos ser fortes, ousados, inteligentes e honestos para propô-lo e torná-lo vitorioso.

E nesse caminho encontraremos outros partidos, tantos companheiros. Não teremos ou reivindicamos o monopólio da verdade. As mudanças vão ser feitas, tornar-se-ão finalmente uma realidade, com o ombro a ombro de partidos que têm na social-democracia, no social-reformismo, não apenas um decálogo de intenções vazias.

Um caminho que não se desvie do que interessa. Interessam-nos os fatos. Buscar a verdade nos fatos. Ver, sentir e aprender a realidade nos fatos.

Vamos à pesquisa direta, sem a intermediação das teses, dos discursos, dos volteios bacharelescos ou das idéias falsamente "hi-tech" e frescuras inúteis (mas tão custosas) dos que acham todas as soluções nos manuais ortodoxos.

E os fatos estão aí.

A miséria. A fome. A doença. O analfabetismo. O banditismo. O atraso. A inflação. Os cartórios, cartéis e corporações. Os ladrões do erário. A desesperança. O desemprego. A dor de quem não tem onde morar, trabalhar, ganhar.

Os fatos estão aí.

Um mercado de consumo acessível a quem? Para a manutenção de que privilégios? Liberdade de mercado? Que mercado? Quais os consumidores?

Os fatos estão aí.

É a partir dessa cruel realidade, em sintonia direta, imediata com a vida dos deserdados e dos à beira da deserção, que devemos escrever e, mais que isso, tornar real a nova carta de alforria.

Com competência e autoridade.

Não há mais como conciliar ou contemporizar. O único caminho a ser percorrido, que vale a pena ser percorrido, é o caminho que retire do cativo da miséria, que encare a senzala da humilhação tantos milhões de brasileiros.

No entanto, ao contrário dos pressupostos das elites, e seus sempre disponíveis e desfrutáveis candidatos, não vamos percorrer esse caminho tão-somente com as intenções que as movem: ceder algumas bijuterias, para não perder os dedos que assinam os cheques.

A miséria não é uma emergência. A fome, o desemprego, a falta de moradias, a insegurança, a doença, o analfabetismo, a marginalidade, a restrição do consumo e do mercado, os números da produção não são uma emergência. Não são uma ocorrência fortuita. Um cataclisma a merecer pequenas e ridículas ações corretivas. Não há emergências. Há uma realidade, cruel e desuma-

Curitiba, Parana, em 04.05.93

na realidade, de séculos e que as últimas décadas só fizeram piorar, ao ponto de atemorizar até mesmo as estátuas de pedra dos pais da pátria.

Produção, emprego, Consumo. Moradias. Saúde. Escolas. E honestidade.

Os fatos estão aí. A realidade está aí. Quem nunca quis vai ver, vai continuar cego e essa catarata é incurável.

Produção. Emprego. Salário e carteira assinada. Passaportes para a saída da sargeta, da humilhação, do atraso e da marginalidade.

Competência e autoridade.

Temos uma e outra. Temos os pressupostos, as premissas, para a montagem do silogismo.

Premissas corretas, verdadeiras, necessariamente levam a conclusões verdadeiras, lógicas, irretorquíveis.

Cada um de nós, militantes, dirigentes partidários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores e ministros de Estado.

Cada um de nós já acumulou a experiência necessária. Já entranhou a realidade e já obteve êxitos notáveis. Esta soma de tanta vida enriquece o partido, credencia-o.

E as mãos da grande parte de nossos companheiros estão limpas. Saudavelmente limpas.

O PMDB está renascendo.

Falta agora à antiga e estimada sigla um projeto de poder, um caminho para o poder, um programa de verdadeiras mudanças.

O PMDB está renascendo.

E com ele vai nascer um novo Brasil.

Vamos lá?

Roberto Requião,

Membro do Diretório Regional do PMDB e Governador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário da Liderança do Partido Progressista concedo a palavra ao Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - ... Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares.

Nós tivemos nesta sexta-feira passada uma reunião da MUGI do Vale do Ivaí onde se debate já por tradição todos os problemas que ocorrem no Vale do Ivaí e que têm sido um exemplo do que ocorre em todo Estado do Paraná.

Mas nessa sexta-feira ouvimos o Prefeito de Cambira, Floripo Pícoli e dos demais parlamentares uma reclamação, uma acusação, na verdade, sobre a merenda escolar, que depois os jornais divulgaram: "Merenda superfaturada no Vale do Ivaí".

Nós acreditamos que essa notícia deve estar acontecendo em todo Estado do Para-

nã, naturalmente ao Brasil todo.

A matéria é bastante extensa, mas só para os Senhores tomarem conhecimento, o exemplo que dava o prefeito, um documento que recebeu da Fundepar a lista do faturamento da merenda que vem do Governo Federal.

Ele apresentava 1Kg. de macarrão foi faturado por Cr\$ 51 mil quando numa casa comercial, sem muita discussão vende 1Kg de macarrão por Cr\$ 13 mil. E aí foi por diante, a lista dos demais produtos: 5 Kg de açúcar que custa Cr\$ 50 mil faturado por Cr\$ 92.950,00 o arroz custou 5 Kg Cr\$ 47 mil, foi faturado por Cr\$ 53.950 mil, esse não teve muita diferença; fubá Cr\$ 8.164 mil, esse mantém o preço. O macarrão tem uma diferença monstruosa. O preço mais gritante está contido no açúcar que custou o dobro e o macarrão, no caso, custou bem mais.

Então, essa denúncia dos prefeitos veio a todos nós, como se vê muito hoje no Brasil, fala-se muito, dá-se notícias, mas os órgãos do Governo, às vezes, continuam com os olhos fechados, continuam abusando do próprio poder público abusando da população. E lá presente estava o Deputado Pessuti como Presidente da Assembléia e o Deputado Paulo Maia também estava presente quando nós estávamos presentes. Dissemos aos prefeitos que estaríamos fazendo denúncias aqui na Assembléia, íamos levar até o Governador. E hoje pela manhã nós tivemos outros compromissos, na verdade, mas no Palácio do Governo eu e o Deputado Pessuti pedimos ao Governador que comunicasse ao Presidente da República essa denúncia nossa aqui do Paraná e do Vale do Ivaí. Fizemos um ofício fazendo a denúncia ao Governador e ele mandou um fax ao presidente Itamar para que tome providências porque na verdade o povo brasileiro se cansa do abuso do poder das especulações.

E os órgãos do Governo que poderiam dar exemplo abusam e não param de abusar essa é a grande verdade.

Essa denúncia que fazemos está aqui com todos os documentos que foram passados pela FUNDEPAR, o documento do faturamento do valor destes produtos, entregues aos municípios. É dessa forma que a merenda não dá para cinco, dez dias, sendo que os recursos, bem aplicados, e eu dizia naquela reunião que quando se fala das diferenças numa casa comercial elas já são grandes, agora façam idéia se nós tivéssemos o dinheiro na mão e a merenda fosse comprada diretamente do produtor!

É necessário que acordemos, porque neste País enquanto poucos lutam, e eu me somo a esses poucos, e tenho certeza que os membros desta Casa somam-se ao trabalho de fiscalizar este País, muitos abusam violentamente e a população fica aí, cala-

da! Nós temos a obrigação de denunciar!

Esperamos que nos próximos dias o Presidente da República dê uma decisão, para que se deixe de explorar o povo brasileiro, ainda mais a merenda escolar que é o pão de cada dia, na escola!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Há cerca de duas semanas atrás foi divulgado pela imprensa nacional a maneira com que agem os donos de hospitais, no Brasil, para obterem dinheiro da Previdência Social, mais especificamente do Ministério da Saúde. Há mais de 20 anos que tem sido sistematicamente denunciado a maneira dos hospitais cobrarem as contas da Previdência Social. Na década de 70, através das chamadas Unidades de Serviço, os hospitais faturavam consultas que não faziam, exames laboratoriais que não executavam, cobravam cirurgias não feitas ou se feitas, era desnecessário submeter o paciente a elas.

Essas irregularidades todas fez com que fosse mudado a maneira de pagamento, fazendo com que fosse pago através da Autorização de Internamento Hospitalar, AIH. Essas AIHs rapidamente os donos de hospitais acharam uma maneira de burlar fazendo com que muitos dos auditores da Previdência Social, ou a posteriori, das Secretarias Estaduais de Saúde, passassem a ser consultores das federações e associações hospitalares, no sentido de ver um modo de se burlar o pagamento pelo ato médico exercido.

Se o Governo Federal paga mal o atendimento feito pelos hospitais, realmente o paga e faz de uma maneira incorreta. Mas se o dono do hospital age de modo ilegal e imoral para aumentar os seus rendimentos ele perde a razão de cobrar da Previdência e de cobrar do Ministério da Saúde, o que seria correto dele cobrar. E o que veio a público agora, mostra que os donos de hospitais não têm razão de se queixar do baixo pagamento. Não têm razão porque agiram ilegalmente e imoralmente na hora que chegam a fazer mais de 50% de cesarianas nas pacientes para terem os nenês! Quando nós sabemos que a média gira em torno de 10 e 13%, ao cobrarem a execução de fimose em mulher e colocar cesariana em homem como foi feito em alguns hospitais. Isso faz com que esses hospitais percam toda a razão e todos os nossos governantes, seja a nível Federal ou a nível Estadual, devem explicações à sociedade. Primeiro: o Governo Federal sabia que

existia burla, sabia que existia o preenchimento falso de AIH a cobrança incorreta e imoral de AIH, e nada faziam para moralizar este sistema. O segundo, os Governos Estaduais ao assumirem para si o sistema de AIH de distribuição AIH, muitos dos Estados, como é o caso do Paraná, acabaram com os auditores fazendo com que não tenhamos auditoria nos hospitais.

Os hospitais hoje cobram o que querem, da maneira que querem e atendem mal a população, porque quando algum trabalhador precisa de acesso a um leito hospitalar, precisa ter acesso a um atendimento médico, internamento, ele não o tem porque os donos dos hospitais querem que ele não o tenham, porque preenchem os AIHs de maneira falsa, de maneira a internar paciente que não tem necessidade, ou de internar incorretamente como a Cidade da Paraíba, aonde mais de 50% da população passou por uma UTI. E hoje discute-se a extinção do INPS, do INAMPS, extinção essa que só tem a contribuir para quem é usuário do sistema de saúde. E quando a gente vê a proposta de extinção do INAMPS a nível Nacional, como foi o caso da Folha de São Paulo de ontem, os donos dos hospitais pagam matéria e divulgam material em artigo pago, contrários à extinção do INAMPS porque querem manter a irregularidade, a ilegalidade e a imoralidade do sistema de pagamento da AIH, por isso que eles pagam e querem a continuidade do INAMPS e não o fim dele.

Nós que queremos a construção do sistema único de saúde, a municipalização do sistema de uma maneira decente, de uma maneira aonde a população, os trabalhadores possam participar. Temos que defender o fim do INAMPS e a distribuição da AIH de uma maneira responsável pelos Municípios, aonde os conselhos municipais de saúde tenham papel ativo na fiscalização da distribuição da AIH de pagamento de sistema de internamento hospitalar, porque senão vai continuar existindo as injustiças, vai continuar existindo a falcaturia, vai continuar não tendo leito hospitalar para internamento daqueles que realmente necessitam.

Cabe a nós deste Parlamento tomar a posição política de fortalecimento do sistema único de saúde e de construção da municipalização do sistema de saúde com repasse de verbas direto do Governo Federal para os Municípios, não tendo intermediário do Estado ou da Secretaria Estadual de Saúde. Se quisermos um sistema justo, e se quisermos com que o trabalhador tenha direito a saúde, o Estado cumpra o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Palavra com a liderança do PDT.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

SR. PAULO MAIA - Eu creio que nós temos que discutir essa proposta, temos que analisá-la friamente, porque envolve o interesse do funcionalismo público como um todo.

Agora, eu creio que o mínimo de coerência que nós temos que ter aqui é a discussão em separado desta proposta que é bastante diferente e bastante distinta das demais que estão propostas aqui para serem votadas como matéria de veto.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento do Deputado Geraldo Cartário constante do expediente para que votemos em bloco as matérias, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão ressaltando que em seguida analisaremos o pedido de destaque.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

SR. PAULO MAIA - Requerimento Verificação de Votação.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procederemos a Verificação de Votação.

Lembramos aos Senhores Deputados que temos quatro proposições de veto sendo analisadas, o requerimento do Deputado Geraldo Cartário pede que as mesmas sejam analisadas, ou seja, sejam votadas em bloco, tem também o requerimento do Deputado Paulo Maia pedindo destaque.

Os Senhores Deputados que aprovam a votação em bloco queiram levantar-se. E os

Senhores Deputados que são contrários a votação em bloco queiram levantar-se.

Onze são contrários, vinte e um são a favor. **Está aprovada a votação em bloco.**

Colocaremos à apreciação do Plenário, os requerimentos de destaque e voto em separado.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Maia e Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando destaque para a Proposição nº 006/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 592/91. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, com apoio dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando voto em separado para o Projeto de Lei nº 592/91. **Rejeitado.**

Os Senhores Deputados que são a favor dessa matéria em destaque queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que são contrários à votação em separado, queiram levantar-se.

Onze aprovam o destaque, vinte e um rejeitam. Portanto, as matérias serão votadas englobadamente.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

A Mesa informa aos Senhores Deputados que iremos votar neste momento o item nº 01, 02, 03 e 04, lembrando aos Senhores Deputados que para a rejeição do Veto e conseqüentemente aprovação dos projetos originais são necessários vinte e oito votos Não, os Senhores Deputados que forem a favor a manutenção do veto votarão com a cédula Sim, e os contrários votarão com a cédula Não.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Toti Colaço que proceda a chamada dos Senhores Deputados.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Votaram vinte e três Senhores Deputados.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 107/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 013/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que dispõe sobre o atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiências e gestantes. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT nº 331/92

Curitiba, 07.12.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 309/92, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 013/92, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os órgãos da "Administração Estadual Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica ficam obrigados a instituir no âmbito de suas repartições, setor especial que priorize o atendimento a idosos, portadores de deficiências e gestantes".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa decorre da forma como vem posta a medida, chegando ao ponto de até apresentar característica de inconstitucionalidade, pois, quando determina modificação na estrutura básica dos órgãos do Poder Executivo, afronta o art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Governador do Estado a competência para o início do processo legislativo de leis que disponham sobre tal estrutura orgânica.

Por outro lado, convém adiante transcrever pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração que analisando a medida posicionou-se pelo seu não acolhimento:

"Através do Projeto de Lei nº 13/92, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, propõe-se que os Órgãos da Administração Estadual Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica fiquem obrigados a instituir, no âmbito de suas repartições, setor especial que priorize o atendimento de idosos, portadores de deficiências e gestantes.

Propõe ainda o projeto a regulamentação de tal dispositivo por Decreto do Poder Executivo, até 90 (noventa) dias após a publicação, em órgão oficial, da aprovação do presente Projeto de Lei.

A justificativa apresentada ao Projeto de Lei fundamenta-se nos artigos 203 e 227, inciso II, da Constituição Federal, e no artigo 2º da Lei nº 7.853, que preconiza a obrigação do Estado assegurar às pessoas portadoras de deficiências o pleno exercício de seus direitos básicos..."

Por todo o exposto, e considerando que os órgãos públicos estaduais já vêm concedendo atendimento especial a esses cidadãos, seja através do setor próprio para atendimento de aposentados e pensionistas ou pelo atendimento preferencial junto às agências do BANESTADO S/A, entendemos que o Projeto de Lei em referência não merece acolhida, por desnecessário e porque implicaria na multiplicação de estruturas

tratando das mesmas questões, pois propõe a criação de setores especiais."

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(Proj. de Lei n° 13/92 foi publicado no D.A. n° 03 de 18.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 107/92

P A R E C E R:

A Proposição em tela, traz um veto aposto ao Projeto de Lei n° 013/92, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado através do Ofício n° 331/92, daí decorrente o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Casa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal e de acordo com as atribuições conferidas ao Senhor Governador.

A razão exposta para o mencionado Veto, menciona o fato de que os órgãos estaduais já vêm concedendo atendimento especial aos referidos cidadãos, através do atendimento aos aposentados e pensionistas ou pelo atendimento preferencial junto as Agências do BANESTADO S/A.

Dentro da justificativa foi citado também o fato de tal medida necessitar de criação de setores especiais dentro da Administração Pública, o que determinaria modificação na estrutura básica dos Órgãos do Poder Executivo, modificações estas que são de competência do Governador do Estado.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTÔNIO SETTI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 112/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 274/92, de autoria do Deputado João Iensen, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT N° 359/92

Curitiba, 14 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício n° 326/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 274/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo assegurar aos ministros de todos os cultos o acesso às entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular, para prestarem assistência religiosa aos enfermos, em qualquer período, durante as 24 horas do dia.

Não há dúvida que o plano de lei em questão demonstra a preocupação do autor quanto à assistência religiosa aos enfermos internados em hospitais e casas de saúde, porém, há de se convir que esta questão é muito subjetiva, dependendo tão somente da vontade do paciente e de seus familiares. Neste caso, quando solicitada a presença de religiosos para o ministério da assistência espiritual, hospital nenhum faz restrições a tais visitas, assim como não faz a qualquer pessoa que deseje visitar um enfermo de seu relacionamento. É evidente que normas hospitalares devem ser observadas, para a própria segurança e tranquilidade dos pacientes, assim como as de assepsia e as que visem seus momentos de repouso. Neste aspecto convém notar que, segundo a maneira como a matéria foi tratada, permitindo tais serviços em qualquer horário, durante o dia e a noite, sem sombra de dúvida, a medida seria muito mais prejudicial do que benéfica aos próprios pacientes.

Além desses aspectos, há que se considerar que o Projeto conflita com a norma contida no art. 19 da Magna Carta, que veta à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, "estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesses públicos." E não há como deixar de se admitir que, neste caso, se convertido o Projeto em lei, configurar-se-ia uma situação clara e patente de aliança do Estado com cultos religiosos, o que incorreria em flagrante inconstitucionalidade.

Vale ressaltar que a Carta Federal ao assegurar, em seu art. 5°, inciso VII, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, o faz nos termos da lei, porém da lei federal e não através de legislação de outras esferas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, resti-

tuo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(Proj. de Lei n° 274/92 foi publicado no D.A. n° 140 de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 112/92

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei n° 359/92, de autoria do nobre Deputado João Iensen que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede pública estadual e particular, para prestarem assistência aos enfermos em qualquer período durante vinte e quatro horas do dia.

O Veto de Sua Excelência, o Governador do Estado, se baseia no art. 5°, inciso VII, da Constituição Federal, mas nada impede a sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 06.04.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 006/93, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n° 592/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 145/91, que objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT N° 400/92

Curitiba, 21 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 406/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 592/91, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o "Sistema de Previdência Social aos Servidores Públicos Estaduais", criando o Fundo de Previdência do Estado e adotando outras providências, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o inciso V do art. 37, o § 3° do art. 70 e o parágrafo único do art. 74.

O veto ao referido inciso V, do art. 37, foi aposto em razão do mesmo implicar,

como qualquer outro tipo de consignação, em desconto via folha de pagamento, em custos adicionais à administração do Fundo e também pelo fato de que seu desacolhimento não implicará em qualquer dificuldade ao servidor, que pretenda contribuir para sindicatos ou associações, visto que poderá fazê-lo de forma direta.

As disposições contidas no § 3°, do art. 70 foram vetadas porque, pela forma como estão redigidas não apresentam condições de exequibilidade, nem tampouco são oportunas, visto que o atual Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado (Lei n° 6.174/70), conta com várias alterações, inclusive algumas por decorrência da presente medida e sua "revisão", como preconizado, é desnecessária, pois tal estatuto deverá, brevemente, por força de norma constitucional, dar lugar ao "regime jurídico único" para servidores públicos (art. 33 da Carta Estadual). Ademais, quando determina o advento do "Plano de Cargos e Salários", esta parte vetada peca por total falta de objeto diante do fato de que atualmente, via de regra, as tabelas remuneratórias, tanto de servidores estatutários como daqueles regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, são comuns (Lei n° 10.118/92).

O parágrafo único do art. 74, não foi acolhido porque este Projeto de Lei contém suficientes mecanismos, estabelecendo cronologia para atos específicos de regulamentação de vários dispositivos, assim como períodos certos de carência e de número de contribuições para obtenção de determinados benefícios, fato que torna totalmente desnecessária e sem qualquer sentido prático a norma de expressa eficácia, ora vetada.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 592/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

CAPÍTULO I
DO PLANO DE PREVIDÊNCIA

Art. 1° - O Estado do Paraná promoverá

a previdência social de seus servidores e respectivos dependentes, mediante contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários.

Art. 2º - A previdência social do servidor estadual, abrange:

I - Quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez permanente;

b) aposentadoria compulsória;

c) aposentadoria voluntária;

d) aposentadoria por tempo de serviço;

II - Quanto aos dependentes:

a) pensão por morte;

b) auxílio reclusão.

Art. 3º - Para os fins previstos no artigo anterior, fica criado o Fundo de Previdência do Estado, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 4º - Os recursos alocados ao Fundo de Previdência do Estado, não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da previdência social do servidor, sob pena de ser responsabilizado, na forma da lei, quem assim o permitir.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo ou função públicos, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

Art. 6º - A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 7º - A concessão de aposentadoria por invalidez permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica oficial do Estado.

Art. 8º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 9º - Em caso de doença que necessite de afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial

do Estado, a aposentadoria por invalidez permanente independerá de licença para tratamento de saúde, e será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

Art. 10 - A aposentadoria por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do segurado, salvo quando decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável avaliadas por junta médica oficial do Estado, quando então os proventos serão integrais.

SEÇÃO II

DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 11 - A aposentadoria compulsória é devida ao segurado que completar 70 (setenta) anos de idade, e terá proventos proporcionais ao tempo de serviço do servidor.

SEÇÃO III

DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 12 - A aposentadoria voluntária será devida ao segurado que a requerer depois de completar 30 (trinta) anos de serviço se homem ou 25 (vinte e cinco) se mulher, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem e 60 (sessenta) se mulher com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

SEÇÃO IV

DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 13 - A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao segurado que a requerer, depois de completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou 30 (trinta) se mulher, ou aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e aos 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais, observado o disposto no Art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 14 - A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço, será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria, observado o disposto no Art. 17 desta Lei.

Art. 15 - É vedado ao Poder Público Estadual a concessão de aposentadoria cumulativa com outra de natureza pública.

§ 1º - Verificada a inobservância do

disposto neste artigo, será o beneficiário notificado para que exerça, no prazo de 30 (trinta) dias, o direito de opção, sob pena de suspensão do pagamento e devolução das importâncias indevidamente recebidas.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decorrente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuições a instituição oficial, sem relação empregatícia com entidades públicas, e que não sejam computadas para os efeitos do Art. 17.

Art. 16 - Os proventos das aposentadorias referidas nesta Lei serão calculados nos termos da legislação vigente.

§ 1º - Não serão computados para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta Lei as promoções ou vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o órgão de origem a que pertencia o servidor deverá juntar ao processo de requerimento ou habilitação, certidão que comprove a legalidade das promoções ou vantagens concedidas no período de 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data da solicitação.

Art. 17 - Para os efeitos previstos no Art. 14, desta Lei, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observado o que dispõem os Arts. 94, parágrafo único, 95 e seu parágrafo único e 99, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e a Lei Estadual nº 7.634, de 13 de julho de 1982.

Parágrafo Único - É vedada a contagem repetida de um mesmo lapso de tempo.

SEÇÃO V DA PENSÃO

Art. 18 - A pensão será devida ao conjunto de dependentes do servidor que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso da ausência.

Art. 19 - A pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração ou provento do servidor, observado para este fim o limite estabelecido pelo inciso XI, do Art. 27, da Constituição Estadual.

Art. 20 - A pensão será rateada em cotas proporcionais entre todos os dependentes inscritos, cabendo 50% (cinquenta por

cento) para a(o) viúva(o) ou companheira(o) e os 50% (cinquenta por cento) restantes rateados em cotas iguais para os demais dependentes, não se adiando a concessão por falta de habilitação de outros possíveis dependentes.

§ 1º - A pensão será deferida por inteiro à viúva(o) ou companheira(o) supérstite, na falta de outros dependentes legais.

§ 2º - Se o segurado(a) for viúvo(a), ou se o cônjuge sobrevivente ou companheira(o), não tiver direito à pensão, será o benefício pago integralmente, em partes iguais, para os demais dependentes, se houver, na forma desta Lei.

Art. 21 - A cota da pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

§ 1º - Sempre que se extinguir uma cota de pensão, processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 2º - Com a extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão.

SEÇÃO VI DO AUXÍLIO RECLUSÃO

Art. 22 - O auxílio reclusão será concedido aos dependentes do segurado detento ou recluso que não perceba remuneração nem proventos de inatividade.

§ 1º - O auxílio reclusão consistirá em renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor.

§ 2º - O auxílio reclusão será devido a contar da data da prisão do segurado e será mantido enquanto durar sua reclusão ou detenção, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º - Se a condenação penal for cumulativa com a perda da função pública, o auxílio reclusão será devido até o terceiro mês subsequente ao da liberação do segurado.

§ 4º - No caso de falecimento do segurado detento ou recluso, o auxílio reclusão será convertido em pensão.

CAPÍTULO III DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 23 - Os beneficiários da previdência social de que trata esta Lei classificam-se como segurados e dependentes nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 24 - São segurados obrigatórios

do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei:

I - Na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargos em comissão quando servidores públicos;

II - na qualidade de inativos, todos os aposentados civis do Estado regidos pelo Estatuto do Servidor Público Estadual, os militares reformados ou na reserva remunerada e os integrantes de carreiras com legislação específica;

III - na qualidade de pensionistas, o conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, observado o disposto no art. 18.

Art. 25 - Não será admitido segurado em caráter facultativo, observado o disposto no Art. 66, parágrafo único.

SEÇÃO II DOS DEPENDENTES

Art. 26 - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta Lei, na condição de dependentes do segurado, respeitados os direitos adquiridos:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

IV - a pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 65 (sessenta e cinco) anos ou inválida;

§ 1º - A existência de dependentes de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes.

§ 2º - Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I, mediante declaração do segurado: o enteado, o menor que por determinação judicial, esteja sob a sua guarda, e o menor que esteja sob sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, desde que verificada a coabitação em regime marital.

§ 4º - Para os efeitos do parágrafo terceiro deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e outra pessoa, desde que não se tenha verificado o fim do vínculo matrimonial.

Curitiba, terça, em 04.05.93

§ 5º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 6º - Considera-se justificada a dependência econômica das pessoas de menoridade ou de idade avançada, bem como das doentes ou inválidas, que, sem recursos, vivam as expensas do segurado ou que coabitem por lapso de tempo superior a 2 (dois) anos consecutivos.

§ 7º - São consideradas pessoas sem recursos para os fins desta Lei, aquelas, cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo vigente.

§ 8º - São consideradas dependentes, para os efeitos desta Lei, as pessoas de idade inferior a 25 (vinte e cinco) anos que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido.

Art. 27 - Os meios de comprovação da dependência econômica serão regulados em Decreto.

SEÇÃO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 28 - O segurado será inscrito obrigatoriamente, como beneficiário da Previdência Social instituída por esta Lei.

§ 1º Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 2º O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença transitada em julgado.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES

Art. 29 - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, serão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo de junta oficial do Estado para o efeito de comprovarem se persiste a causa determinante da invalidez.

Art. 30 - Sem prejuízo do benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 31 - O benefício será pago dire-

tamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 32 - O benefício devido ao segurado ou dependente, civilmente incapaz, será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor, ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 33 - O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 34 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento.

Art. 35 - Será fornecido, mensalmente, ao segurado ou pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas, bem como o valor discriminado de todos os descontos ocorridos.

Art. 36 - Salvo quanto ao valor devido ao Fundo de Previdência do Estado ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 37 - Podem ser descontados dos benefícios:

I - contribuições devidas pelo segurado ao Fundo de Previdência do Estado;

II - pagamento de benefício além do devido;

III - imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais;

IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial.

V - as contribuições e mensalidades sindicais e associativas autorizadas pelos servidores.

§ 1º - Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em até 06 (seis) parcelas, salvo má-fé, observadas as disposições do Art. 162 e seus parágrafos, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

§ 2º - O número de parcelas poderá ser aumentado de 06 (seis) para permitir que

cada uma delas não exceda a 20% (vinte por cento) do valor do benefício, conforme acordo entre o servidor e a administração.

Art. 38 - Os proventos da aposentadoria e a remuneração dos pensionistas serão revistos, na mesma proporção e data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos mesmos quaisquer benefícios ou decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 39 - Por ausência do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida pensão provisória aos dependentes na forma estabelecida na Seção V, do Capítulo II, deste Título.

§ 1º Os dependentes de segurado desaparecido em virtude de acidente ou catástrofe, farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração a que se refere este artigo, mediante prova inequívoca analisada pelo Conselho Curador.

§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias já recebidas.

Art. 40 - Excetuado o caso de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições.

Art. 41 - Mediante justificação processada perante a Secretaria de Estado da Administração, poderá suprir-se a falta de qualquer documento ou fazer-se prova de fato de interesse dos beneficiários, salvo os que se referirem a registros públicos.

Art. 42 - Nenhum dos benefícios previstos nesta lei terá valor inferior a um salário mínimo.

Art. 43 - O décimo-terceiro salário será concedido, em valor igual ao do mês de dezembro, a aposentadorias e pensões e sobre ambas deverá incidir a contribuição correspondente.

TÍTULO II

DO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 44 - A previdência social estabelecida por esta Lei será financiada mediante recursos designados e contribuições do Estado e dos segurados.

Art. 45 - A receita, as rendas e o re-

sultado de aplicações dos recursos disponíveis do Fundo serão empregados, exclusivamente, na consecução das finalidades previstas nesta Lei, na manutenção ou aumento do valor real de seu patrimônio e na obtenção de recursos destinados ao custeio de suas atividades-fins.

Art. 46 - Para os efeitos desta Lei entende-se por base de contribuição:

I - Os proventos de aposentadoria, no caso do segurado inativo;

II - o valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário família e indenizações, quando segurado ativo;

III - O valor da pensão, no caso de pensionista;

IV - O valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário família e indenizações, bem como os valores creditados em folha de pagamento que tenham como consequência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do Estado.

§ 1º - As bases de contribuição não poderão ter valor inferior ao salário mínimo.

§ 2º - No caso de acumulação legal, a contribuição será calculada sobre a soma da base de contribuição.

CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO

Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no inciso IV, do Art. 46.

Art. 48 - A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Estado, até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPÍTULO III DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS

Art. 49 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será

Curitiba, terça, em 04.05.93

de 10% (dez por cento) da base de contribuição, prevista no Art. 46.

Art. 50 - A contribuição dos segurados será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal, e recolhida ao Fundo de Previdência do Estado até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES

Art. 51 - Além das contribuições de que tratam os Arts. 47 e 49, constituem receitas do Fundo de Previdência do Estado.

I - dotações orçamentárias;

II - aluguéis de imóveis;

III - produto da alienação de bens imóveis e móveis;

IV - legados, doações e quaisquer outros recursos de entes públicos ou privadas;

V - receitas de aplicações financeiras e societárias;

VI - rendas eventuais.

Art. 52 - O Governador do Estado, os presidentes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e o Procurador Geral de Justiça, serão responsabilizados na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta Lei.

Parágrafo Único - Todo segurado, dependente ou entidade sindical representativa dos servidores públicos estaduais, detém a legitimidade ativa para requerer em juízo a prestação de contas por parte dos gerentes do Fundo de Previdência e para cobrar do Estado a sua parcela de contribuição em favor do Fundo.

CAPÍTULO V DA GERÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

Art. 53 - O Fundo de Previdência do Estado será gerido:

I - na instância deliberativa, por um Conselho Curador;

II - na instância executiva, pelas Secretaria de Estado da Fazenda e da Admi-

Art. 54 - O Conselho Curador do Fundo será composto por sete membros e seus respectivos suplentes, nomeados, dentre servidores públicos ativos ou inativos, pelo governador do Estado, e indicados:

- I - 01 (um) pelo Poder Executivo;
- II - 01 (um) pelo Poder Legislativo;
- III - 01 (um) pelo Poder Judiciário;
- IV - 01 (um) pelo Ministério Público.
- V - 03 (três) pelos sindicatos de servidores públicos estaduais.

§ 1º - O ato de indicação e de nomeação deverá ser ratificado ou retificado a cada dois anos de mandato.

§ 2º - Qualquer dos membros do Conselho Curador será substituído, a qualquer tempo, por iniciativa fundamentada do titular da indicação, mediante ato do governador do Estado.

§ 3º - O presidente e o vice-presidente do Conselho serão escolhidos mediante eleição procedida pelo próprio Conselho.

§ 4º - Os três representantes dos sindicatos serão indicados após eleição promovida pelo conjunto das entidades representativas.

Art. 55 - Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias:

- I - planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento-programa;
- II - prestação de contas e relatório anuais;
- III - aceitação de doações e legados;
- IV - outras situações previstas nesta Lei.

§ 1º - A prestação de contas e o relatório anuais referidos no inciso II deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - As Secretarias de Estado da Fazenda, da Administração e o Conselho Curador do Fundo de Previdência farão publicar, trimestralmente, no Diário Oficial do Estado, demonstrativo financeiro e contábil que reflita o gerenciamento do Fundo.

Art. 56 - Cabe, ainda, ao Conselho Curador:

I - propor ao governador a expedição de regulamentos de benefícios previdenciários, nos termos da Constituição e legislação própria;

II - elaborar e aprovar seu regimento próprio;

III - contratar, obrigatoriamente, auditoria para avaliação dos atos de administração dos recursos;

IV - representar ao governador com relação a atos irregulares dos administradores.

Art. 57 - A administração dos recursos financeiros do Fundo ficará a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - Para o mister deste artigo, a Secretaria da Fazenda contratará o Banco do Estado do Paraná S/A.

§ 2º - A taxa de administração da carteira de aplicação não será superior a 1% (um por cento), calculado sobre o seu resultado real.

Art. 58 - Os recursos financeiros do Fundo, confiados ao Banco do Estado do Paraná S/A, deverão ser destinados às seguintes formas de aplicação:

I - empréstimos simples a servidores públicos ativos, inativos e pensionistas;

II - empréstimos imobiliários para servidores públicos ativos, inativos, pensionistas ou para terceiros, com regulamentação própria, para aquisição de imóveis prontos, sob a forma de carta de crédito ao adquirente e com garantia hipotecária do próprio imóvel;

III - debêntures simples ou conversíveis de companhia aberta com cláusula de remuneração real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

IV - títulos públicos com cláusula de correção cambial ou outras cláusulas de atualização do valor do principal e taxa de juros real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

V - certificado de depósito de ouro;

VI - letras de câmbio com cláusula de correção monetária pós-fixada com taxa de juros real igual ou superior a 6% (seis por cento) ao ano;

VII - financiamento de operações de arrendamento mercantil;

§ 1º - Nenhum empréstimo concedido pelos gestores da carteira do Fundo poderá prever regras de amortização que impliquem em redução real do valor mútuo.

§ 2º - Serão permitidas aplicações de curto prazo, para efeito de gestão de caixa, observados critérios de prudência e rentabilidade.

§ 3º - Estão vedadas as aplicações em mercados futuros, a termo e de opções.

Art. 59 - A gerência dos benefícios previdenciários será da responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Administração poderá delegar a atribuição deste artigo ao Instituto de Previdência do Estado.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60 - Os proventos dos atuais servidores inativos, bem como daqueles que vierem a se aposentar antes do prazo pre-

visto no Art. 61, correrão, pelo prazo de doze anos da vigência desta Lei, por conta do Tesouro do Estado.

Parágrafo Único - Após o decurso do prazo fixado neste artigo, o Fundo de Previdência assumirá o encargo da aposentadoria.

Art. 61 - Os proventos dos servidores que vierem a se aposentar a partir de vinte e quatro meses da data desta Lei, correrão à conta do Fundo de Previdência.

Art. 62 - As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência do Estado, a partir da vigência desta Lei.

Art. 63 - As receitas do Fundo de Previdência do Estado, excluídas as despesas decorrentes das pensões, serão destinadas integralmente à capitalização durante dois anos a partir da vigência desta Lei.

Art. 64 - Os servidores da administração direta e das autarquias passarão a ser contribuintes obrigatórios do sistema de previdência estabelecido nesta Lei.

Art. 65 - Os atuais contribuintes facultativos e conveniados do Instituto de Previdência do Estado terão seus direitos preservados, não fazendo jus aos benefícios desta Lei.

Art. 66 - Os serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos deverão ser incorporados ao regime de previdência pública nacional.

Parágrafo Único - Os serventuários poderão optar pelo regime previdenciário desta Lei, desde que se submetam a contribuir para o Fundo de Previdência do Estado em montante fixado pelo Conselho Curador, segundo cálculo atuarial.

Art. 67 - Os proventos de aposentadoria dos membros da carreira da magistratura, do ministério público e conselheiro do Tribunal e Contas, que contem com tempo de serviço efetivo inferior ao prazo previsto no Art. 14, desta Lei, observadas as disposições do Art. 17, serão devidos proporcionalmente ao tempo de contribuição para este regime previdenciário, devendo a complementação correr à conta da dotação orçamentária própria do Poder pertinente.

Art. 68 - O décimo terceiro salário de que trata o Art. 43, no primeiro ano de concessão do benefício, será proporcional ao número de meses em que o benefício for pago.

Art. 69 - O Estado do Paraná institui-

rá, dentro de 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei, um plano complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS, através de seguro saúde.

§ 1º - Para custeio de tal atividade, serão destinados recursos da ordem de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 2º - Os servidores abrangidos pelo plano complementar poderão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado, na forma prevista por este artigo.

§ 3º - As eventuais complementações extraordinárias serão custeadas pelo servidor que as utilizar.

Art. 70 - Os atuais serviços da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta Lei.

§ 1º - Os ocupantes de empregos temporários não se incluem no regime desta Lei.

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, de conformidade com as disposições constitucionais aplicáveis.

§ 3º - O Poder Executivo encaminhará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, anteprojeto de lei de revisão da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como da instituição do Plano de Cargos e Salários.

Art. 71 - O Estado do Paraná, a partir da vigência desta Lei, deverá liberar guias de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aos servidores que tiverem seus empregos transformados em cargo, na forma do artigo anterior.

Art. 72 - O Estado do Paraná, através do seu Tesouro, é responsável subsidiariamente pelos encargos financeiros dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei.

Art. 73 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementar o disposto nos Arts. 47 e 69, § 1º desta Lei, servindo como fonte de recursos, quaisquer das formas previstas no § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 74 - As despesas de pessoal e de custeio do Instituto de Previdência do Estado - IPE, correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria de Estado da Administração - SEAD.

Parágrafo Único - Esta Lei surtirá efeitos financeiros a partir de 1º de ja-

Art. 75 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua vigência.

Art. 76 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.12.92.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO N° 006-93

P A R E C E R:

A presente Proposição Veto, de autoria do Senhor Governador do Estado, manifestado através do ofício DFL/SAT/400/92, apostado ao Projeto de Lei n° 592/91, de autoria do Poder Executivo através da Mensagem Governamental n° 145/91, que objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do Sistema Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, na forma que especifica.

Procedida a análise da Proposição, notamos que a iniciativa foi procedida dentro dos prazos constitucionalmente estabelecidos.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer, opinando pela apreciação da Proposição Veto em tela, pelo douto Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 016/93, veto apostado ao Projeto de Lei n° 259/91, de autoria do Deputado Nilton Cesar Servo, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná. Com Relatório da C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT n° 038/93

Curitiba, 25 de março de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 005/93, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71 da Constituição Estadual. Vetei o Projeto de Lei n° 259/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar, nas principais rodovias existentes no Estado do Paraná,

unidades volantes de pronto-socorro para atendimento e remoção de vítimas em acidentes de trânsito.

O veto apostado ao projeto de lei em referência, de forma alguma poderá significar insensibilidade do governo do Estado com relação ao assunto, pois decorre da inconstitucionalidade apontada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que analisando a matéria observou que "com relação ao artigo 2° do referido projeto, sobre a proveniência de recursos, informamos que não existe previsão de excesso de arrecadação, tendo em vista que atualmente o orçamento é corrigido trimestralmente até o limite do INPC para garantir a execução das metas propostas do mesmo. Tal prática elimina a ocorrência de excesso de arrecadação, tornando o artigo 2° inconsistente". Essa manifestação da SEPL e também a de que recursos para tanto somente poderiam, na melhor das hipóteses, figurar como meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1994, caracterizam a inconstitucionalidade da medida, porque demonstram estar havendo ofensa aos arts. 133 e seguintes da Constituição Estadual que tratam das leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, todas cujo início do processo legislativo é de iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, é importante ressaltar que o preconizado atendimento, dentro das atuais possibilidades do Estado, vem sendo prestado e que a preocupação manifestada pelo Senhor Deputado autor do projeto de lei em causa merecerá estudos por parte dos órgãos competentes, com vistas à melhoria das ações públicas para a superação do problema.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 259/91 foi publicado no D.A. n° 136 de 23.09.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

Veto n° 16/93.

Projeto de Lei n° 259/91

Autor: Nilton Cesar Servo

Ao recepcionar da douta Comissão de Constituição e Justiça para fins de parecer, ao veto n° 16/93, ao Projeto de Lei n° 259/91, de autoria do nobre Deputado Nilton Cesar Servo, o qual propõe a implantação de unidades volantes de pronto socorro nas principais rodovias existentes

no Paraná, cumpre-me assentar que o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
TOTI COLAÇO - Relator.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/93, de autoria do Deputado Renato Adur, que concede Título de Cidadania Honorária do Paraná "pos-mortem" ao Senhor Célio Roberto Diedrich. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 128/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, de Campina do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

Lembramos aos Srs. Deputados que as matérias retornarão à sessão de amanhã com a sua discussão encerrada, tanta a proposição 107, 112, 06/93 e 016/93.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/93. Em discussão. Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

128/93. Em discussão. Encerrada a discussão.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 1050 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1042, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Gostaria de reiterar o convite aos integrantes da Comissão de Segurança para a reunião em seguida na sala das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte,

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Das Proposições n°s 107/92, 112/92, 006/93 e 016/93.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n°s 117/93 e 128/93.

Levanta-se a sessão.